

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.158 - SP (2019/0292323-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : TERRA NOVA TRADING S/A
ADVOGADOS : DANIEL DE AGUIAR ANICETO - SP232070
JOÃO ALFREDO STIEVANO CARLOS - SP257907
ANA FLÁVIA DE MATOS LIMA - SP384701
DEBORAH SALATINO TRIVELLATO - SP402653
LUCAS FANTINI BUONAMICI - SP400973
ADRIANA MARY TANAKA - SP406293
AGRAVADO : RENATO DE FREITAS SARTOR
AGRAVADO : EVANIR SARTOR
ADVOGADO : ULYSSES ECCLISSATO NETO - SP182700

DECISÃO

Trata-se de agravo desafiando decisão que inadmitiu recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. Sentença de improcedência. Apelação da embargante. Exigibilidade do débito cobrado. Inocorrência de ato ilícito por parte dos exequentes. Pagamentos realizados de acordo com cláusulas contratuais distintas. Alteração da verdade dos fatos. Litigância de má-fé. Manutenção. Desnecessidade de comprovação de prejuízo pela parte adversa. Jurisprudência. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO." (fl. 184)

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

A parte agravante alega violação dos arts. 80, II, 924, II, 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, 352, do Código Civil, asseverando isto: (I) *"ao manter a fixação de multa de litigância de má-fé em desfavor da Recorrente, por suposta alteração da verdade dos fatos, o v. acórdão ignora o direito de defesa da Recorrente que, naquela ocasião, tinha a via dos embargos à execução, como única opção"* (fl. 214); (II) a execução deixou de ser extinta mesmo após ter demonstrado o adimplemento do débito exequendo; (III) a ora recorrente estava em dia com seus pagamentos, de forma que a cobrança do crédito pela via judicial era completamente indevida.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, não se vislumbra a alegada violação ao art. 1.022, II, do NCPC, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistente qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela parte recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

Impende ressaltar que *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"* (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro **CESAR ASFOR ROCHA**, DJ de 12.12.1994). Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Relator o eminente Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJ de 16.05.2005; REsp 685.168/RS, Relator o eminente Ministro **JOSÉ DELGADO**, DJ de 02.05.2005.

Ademais, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os pontos abordados pelas partes, mormente quando já tiver decidido a controvérsia sob outros fundamentos (EDcl no REsp 202.056/SP, 3ª Turma, Rel. Min. **CASTRO FILHO**, DJ de 21.10.2001).

O Tribunal *a quo*, com base nos elementos informativos dos autos, concluiu que os embargos à execução foram julgados improcedentes ante a exigibilidade da dívida pois não houve a comprovação do seu pagamento integral. Leia-se, a propósito, o seguinte trecho do acórdão recorrido (fls. 185/186):

"Em suas razões, a apelante apenas teceu alegações genéricas, afirmando a inexigibilidade da dívida, em razão de já ter adimplido a quantia de R\$ 496.655,00, que, inclusive, ultrapassaria o preço da cessão realizada entre as partes. Afirma, ainda, que o preço total deve ser considerado como quitado.

No caso concreto, conforme assentado pelo D. Magistrado de primeiro grau, não houve a comprovação quanto ao pagamento integral da dívida.

Em verdade, a tabela apresentada pelos exequentes, à fl. 105, bem elucida a questão. O contrato entabulado pelas partes prevê que o prelo deveria ser pago segundo as cláusulas 2.1 e 2.2 daquele

instrumento (cf. fl. 39).

Conforme bem esclareceram os exequentes, a apelante realizou o pagamento de apenas cinco das primeiras parcelas referentes à cláusula 2.1, e as cinco primeiras parcelas referentes à cláusula 2.2.1, sendo certo que os depósitos comprovados pela apelante, no montante de R\$ 58.333,00 (fls. 17/20) são simples resultado da soma das parcelas relativas a cada uma dessas cláusulas (R\$ 37.500,00 + 20.833,00).

Ressalte-se que não é crível que a apelante tenha optado por oferecer, de forma graciosa, o valor de R\$ 496.000,00 à apelante, quando, na verdade, o valor do preço seria de apenas R\$ 450.000,00, o que, aliás, sequer foi objeto de justificativa pela apelante.

Observe que as quantias relativas à cláusula 2.2 (preço variável) nem mesmo são cobradas na demanda, sendo certo que a execução proposta refere-se apenas ao preço estipulado na cláusula 2.1 (cf. fl. 31, item 4). Assim, tem-se que é totalmente descabida qualquer discussão a respeito da possibilidade de exigência de parcelas previstas na cláusula 2.2, que deve ser feita em ação própria.

Assim sendo, sem maiores delongas, não há como afastar a responsabilidade da apelante para responder pelo débito supramencionado."

Assim, tendo a Corte *a quo* afirmado que o débito exequendo não está adimplido, a alteração das premissas fáticas estabelecidas no v. acórdão recorrido, tal como propugnado, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 desta Corte.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 80, II, do CPC/2015, a parte recorrente sustenta que apenas exerceu seu direito de defesa que, naquela ocasião, tinha a via dos embargos à execução como única opção, bem como a ausência de comprovação de que tenha alterado a verdade dos fatos, não há que se falar em condenação por litigância de má-fé.

Por sua vez, o TJ-SP, soberano na análise do acervo fático-probatório, consignou que "*a embargante afirmou ter adimplido o total do preço, e apresentou documentos indicando a realização de pagamentos, sem indicar, contudo, que parte do pagamento se referia à cláusula contratual distinta, e que se quer fez parte da execução ajuizada. Dessa forma, torna-se evidente que a apelante alterou a verdade dos fatos,*

sendo clara a intenção de induzir a erro o juízo, o que se afigura inadmissível. Agiu, assim, em litigância de má-fé" (fl. 186);

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que a Corte de origem concluiu que a recorrente alterou a verdade dos fatos e, por tal motivo, deve ser aplicada a sanção por litigância de má-fé. Dessa forma, a pretensão de alterar tal entendimento, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ. Nessa linha de inteligência, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZATÓRIA. DANO MORAL INEXISTENTE. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AFASTAMENTO. REEXAME DE PROVAS.

IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A análise dos fundamentos que levaram o Juízo a quo a condenar a parte por litigância de má-fé, em regra, demanda revolvimento do acervo fático e probatório, o que é inviável em sede de recurso especial.

3. In casu, o Tribunal de origem asseverou que o agravante alterou a verdade dos fatos com tentativa de obtenção de vantagem indevida.

4. Rever a conclusão adotada no v. acórdão recorrido sobre a caracterização de litigância de má-fé do agravante demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1399945/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 02/04/2019 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONDOMÍNIO CONTRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA. LEGITIMIDADE DA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA QUE ATUOU NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA NA QUALIDADE DE INCORPORADORA. INCIDÊNCIA DO CDC. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REVISÃO DAS QUESTÕES. IMPOSSIBILIDADE.

SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. Revela-se pacífica a orientação desta Corte de que a análise da existência do elemento subjetivo necessário à caracterização da litigância de má-fé, implicaria reexame do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1330897/SC, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 26/03/2019 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 15% para 16% sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator